



Nota Recomendatória Conjunta ATRICON/IRB/ABRACOM/CNPTC/AUDICON nº 02/2022

Recomendação aos Tribunais de Contas brasileiros para que adotem os princípios, as regras e os instrumentos da Lei do Governo Digital, bem como para que estimulem a adesão por parte dos seus jurisdicionados.

A ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL – ATRICON, o INSTITUTO RUI BARBOSA – IRB, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS – ABRACOM, o CONSELHO NACIONAL DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS – CNPTC e a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS-SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS – AUDICON,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Federal nº 14.129, publicada em 29 de março de 2021, comumente denominada de Lei do Governo Digital, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.129/2021 entrou em vigor 90 dias de sua publicação, para a União; 120 dias de sua publicação, para os Estados e o Distrito Federal; e 180 dias de sua publicação, para os Municípios (art. 55);

CONSIDERANDO que a referida Lei se aplica aos órgãos da Administração Pública direta federal, abrangendo os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público da União, bem como às entidades da Administração Pública indireta federal (art. 2º, I e II);

CONSIDERANDO que a Lei do Governo Digital somente se aplica às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados caso adotem os comandos do diploma legal por meio de atos normativos próprios (art. 2º, III);



Instituto
Rui Barbosa
A Casa do Conhecimento dos Tribunais de Contas



CONSIDERANDO que a Lei apresenta regras que visam ao aumento da eficiência da Administração Pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão (art. 1º), cuja adoção tem potencial para aperfeiçoar e modernizar tanto a função controladora como os serviços públicos e as políticas públicas;

CONSIDERANDO que o escopo da Lei vai para além da mera digitalização dos serviços públicos, consistindo o Governo Digital em uma transformação na cultura organizacional e no relacionamento entre a Administração Pública e os destinatários de sua atuação;

CONSIDERANDO que a Lei preconiza a implementação e o aprimoramento de mecanismos de governança, de gestão de riscos, de controle interno e de auditoria (arts. 47, 48 e 49);

CONSIDERANDO os benefícios que podem advir da efetivação dos dispositivos da Lei do Governo Digital tanto para os órgãos de controle externo como para os entes e órgãos sob sua jurisdição;

CONSIDERANDO que a Lei tem o condão de nivelar a discussão do tema em âmbito nacional, sem desconsiderar as realidades locais e regionais;

CONSIDERANDO as relevantes funções orientadora e indutora exercidas pelas Cortes de Contas;

RECOMENDAM aos Tribunais de Contas brasileiros que considerem a edição de atos normativos internos de adesão aos comandos da Lei Federal nº 14.129/2021, com o objetivo de efetivar os princípios e as diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, visando à promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação e a aplicação da inteligência de dados, sendo oportuno sublinhar, neste ponto, os altos ganhos de eficiência e eficácia na atividade-fim das Cortes de Contas possibilitados pela utilização de modernas técnicas e da ciência de dados, auxiliando no

planejamento, na identificação tempestiva, preventiva e automatizada de riscos e de indícios de irregularidades e na avaliação de achados de auditoria. A título de exemplo:

1. a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;
2. a disponibilização, em plataforma única, do acesso às informações e aos serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial;
3. a possibilidade de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;
4. o monitoramento e a implementação de ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;
5. a gestão com base em dados e em evidências consistentes e qualificadas;
6. o apoio técnico aos entes federados para implantação e adoção de estratégias que visem à transformação digital da Administração Pública;
7. a eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco potencialmente envolvido na correspondente supressão;
8. o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da Administração Pública;
9. a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos;
10. o estímulo a ações educativas para qualificação dos servidores públicos para o uso das tecnologias digitais e para a inclusão digital da população;
11. a transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços;

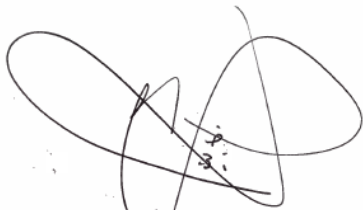
12. o incentivo à participação social no controle e na fiscalização da Administração Pública;
13. o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos;
14. a atuação integrada entre os órgãos e as entidades envolvidos na prestação e no controle dos serviços públicos, com o compartilhamento de dados pessoais em ambiente seguro;
15. a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e o tratamento adequado a idosos;
16. a simplificação dos procedimentos de solicitação, oferta e acompanhamento dos serviços públicos, com foco na universalização do acesso e no autosserviço, dentre outros princípios e diretrizes elencados em diversos artigos da Lei Federal nº 14.129/2021;
17. a implementação de mecanismos, instâncias e práticas de governança, bem como a adoção ou aprimoramento do sistema de gestão de riscos e de controle interno, cujos processos deverão ser avaliados por auditoria interna governamental; e ainda

RECOMENDAM aos Tribunais de Contas que divulguem o conteúdo da Lei, especialmente a possibilidade de adesão às diretrizes nacionais, por meio da edição de atos normativos próprios, e estimulem-na junto aos Poderes e órgãos sob sua jurisdição, fornecendo a orientação necessária para o alcance da transformação digital em benefício dos cidadãos, inclusive por meio de ações de educação realizadas pelas Escolas de Contas, cabendo também destacar que são considerados instrumentos essenciais para o alcance dos objetivos previstos na Lei: as redes de conhecimento, os laboratórios de inovação, a Base Nacional de Serviços Públicos, as Cartas de Serviços ao

Usuário e as Plataformas de Governo Digital, mecanismos esses detalhados nos dispositivos do mencionado diploma legal.

É importante, por fim, fazer referência ao Decreto Federal nº 10.332/2020, que institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022 no âmbito federal, a qual, respeitadas as peculiaridades, limitações e interesses locais, pode servir de subsídio para a regulamentação e a implementação de medidas inovadoras e soluções digitais criativas nas demais esferas da Administração Pública.

Brasília, 15 de outubro de 2022.



Conselheiro Cezar Miola,
Presidente da Associação dos Membros
dos Tribunais de Contas do Brasil –
ATRICON.



Conselheiro Edilberto Carlos Pontes Lima,
Presidente do Instituto Rui Barbosa – IRB.



Ministro-Substituto Marcos
Bemquerer Costa,
Presidente da Associação Nacional dos
Ministros e Conselheiros Substitutos dos
Tribunais de Contas – AUDICON.



Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto,
Presidente da Abracom e do Conselho
Nacional de Presidentes dos Tribunais de
Contas – CNPTC.